Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades) para dispor que são inelegíveis os que respondam judicialmente a imputações de envolvimento direto ou indireto com prostituição infantil, quando denunciados pelo Ministério Público.

Assunto: Jurídico - Direito Eleitoral

Data de Leitura: 27/05/2008

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Destino: À Câmara dos Deputados

Último local: -

Último estado: 26/04/2017 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 822 de 2008

Requerimento nº 1640 de 2009

Requerimento nº 440 de 2011

Requerimento nº 119 de 2015

Requerimento nº 253 de 2017

Despacho:

17/11/2008 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

12/03/2015 (Aprovação do Requerimento nº 119, de 2015, de

Aprovação de requerimento

Desarquivamento

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Demóstenes Torres (encerrado em 08/07/2008 - Parecer Oferecido)

Senador Magno Malta (encerrado em 05/04/2017 - Deliberação da matéria)

PLEN - (Plenário)

Relator(es):

Senador Magno Malta (encerrado em 19/04/2017 - Parecer de Plenário)

Despacho:

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

01/09/2016 (Fala da Presidência)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

18/10/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À COARQ

26/04/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 336, de 26/04/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 83 a 84).

24/04/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 82).

19/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Aprovado a matéria, com emendas.
À Câmara dos Deputados.
(DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA)
É proferido pelo Senador Magno Malta, o Parecer nº 63/2017 - Plen-SF, em substituição à CCJ, apresentando Subemenda à Emenda nº 2.
Discussão encerrada.
Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, nos termos do parecer, com a subemenda à Emenda nº 2, com o seguinte resultado: Sim - 68; Não - 1; Abst. - 0; Presidente – 1; Total - 70.
Aprovada a redação final. (Parecer nº 64/2017 – PLEN/SF, da Comissão Diretora)
À Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 54-63

Publicado no DSF Páginas 69

Publicado no DSF Páginas 1076-1081

19/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação e posteriormente aprovado o Requerimento nº 253, de 2017, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o projeto, nos termos dos artigos 336, II, e 338, II, ambos do RISF.

Publicado no DSF Páginas 69

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 54-63

18/04/2017 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

Discussão, em turno único.

18/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Encerrou-se, no dia 17 de abril, o prazo para apresentação de emendas à presente matéria.
Não foram oferecidas emendas.
A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 55

Publicado no DSF Páginas 358

18/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para apresentação de emendas.

06/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Recebimento de emendas perante a Mesa (Art. 235, II, "d", do RISF)

De 07/04/2017 a 17/04/2017

05/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer nº 25, de 2017-CCJ, relator Senador Magno Malta, pela aprovação com as Emendas de nº(s) 1 e 2 - CCJ.
A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do RISF.

Publicado no DSF Páginas 165-174

05/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura do Parecer nº 25, de 2017, da CCJ.

05/04/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

Publicado no DSF Páginas 165

Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

05/04/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Magno Malta, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ.

07/03/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 11h30min, o relatório do Senador Magno Malta, em virtude da reautuação da matéria, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

17/02/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

22/09/2016 SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Retorna à CCJ.
Matéria pronta para Pauta com Relatório do Senador Magno Malta, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

01/09/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: A Presidência retifica o despacho da presente matéria, retirando o caráter terminativo, por alterar uma lei de natureza complementar.
A matéria retorna à CCJ para continuar sua tramitação.

01/09/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

01/09/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À Secretaria-Geral da Mesa, para adequação no despacho.

30/06/2008 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que o presente projeto de lei do senado, altera lei de natureza complementar.
Nesse sentido, a Presidência despacha o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e determina a republicação dos avulsos.

Publicado no DSF Páginas 24385

30/06/2008 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

26/06/2008 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do RQS nº 822, de 2008, de tramitação em conjunto.

26/06/2008 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do Requerimento nº 822, de 2008, subscrito pelos Senadores Pedro Simon, Demóstenes Torres, Jarbas Vasconcelos e Tasso Jereissati, no qual solicitam, com fundamento no disposto no art. 258, do RISF, a tramitação conjunta dos PLSs nºs 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008; nºs 265 e 684, de 2007; nºs 141, 231 e 261, de 2006; nºs 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005; nºs 316 e 341, de 2004; e nº 175, de 2003, por disporem sobre a mesma matéria.

À SCLSF para inclusão do requerimento lido em Ordem do Dia oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 23868-23869

26/06/2008 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.
Encaminhado ao Plenário.

25/06/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Senador Demóstenes Torres para atender solicitação constante do Oficio nº 891/2008, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de tramitação em conjunto (fls. nº 6).

À SSCLSF.

20/06/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Demóstenes Torres, para emitir relatório.

05/06/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

29/05/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de Emendas:

Primeiro dia: 29/05/2008.
Último dia: 04/06/2008.

28/05/2008 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.

Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

27/05/2008 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos. (art. 49, I , R I S F)

Ao PLEG, com destino à CCJ.

Publicado no DSF Páginas 16766-16767

27/05/2008 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 209/2008

Data: 27/05/2008

Autor: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos. (art. 49, I , R I S F)

Ao PLEG, com destino à CCJ.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Legislação citada

Data: 27/05/2008

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos. (art. 49, I , R I S F)

Ao PLEG, com destino à CCJ.

Avulso inicial da matéria

Data: 27/05/2008

Autor: -

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 30/06/2008

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: A Presidência comunica ao Plenário que o presente projeto de lei do senado, altera lei de natureza complementar.
Nesse sentido, a Presidência despacha o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e determina a republicação dos avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 31/08/2016

Autor: Senador Magno Malta (PL/ES)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 11h45min, o Relatório do Senador Magno Malta, com voto pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 07/03/2017

Autor: Senador Magno Malta (PL/ES)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 11h30min, o relatório do Senador Magno Malta, em virtude da reautuação da matéria, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Listagem ou relatório

Data: 05/04/2017

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Lista de presença da reunião da 11ª Reunião CCJ

P.S 25/2017 - CCJ

Data: 05/04/2017

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Magno Malta (PL/ES)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 11ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Magno Malta, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

RQS 253/2017

Data: 18/04/2017

Autor: Líder

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação e posteriormente aprovado o Requerimento nº 253, de 2017, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o projeto, nos termos dos artigos 336, II, e 338, II, ambos do RISF.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 209/2008.

Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008 (Complementar)

DOCUMENTOS

Complemento de resultado

Data: 19/04/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Votação nominal.

Avulso de redação final

Data: 19/04/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado a matéria, com emendas.
À Câmara dos Deputados.
(DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA)
É proferido pelo Senador Magno Malta, o Parecer nº 63/2017 - Plen-SF, em substituição à CCJ, apresentando Subemenda à Emenda nº 2.
Discussão encerrada.
Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, nos termos do parecer, com a subemenda à Emenda nº 2, com o seguinte resultado: Sim - 68; Não - 1; Abst. - 0; Presidente – 1; Total - 70.
Aprovada a redação final. (Parecer nº 64/2017 – PLEN/SF, da Comissão Diretora)
À Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Parecer nº 64, de 2017 - PLEN/SF, da Comissão Diretora.

Autógrafo - PLS 209/2008

Data: 26/04/2017

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 336, de 26/04/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 83 a 84).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.